

Cadernos Jurídicos

Ano 21 - Número 56 - Outubro-Dezembro/2020

Winnicott: aportes da Psicanálise para apoio das decisões do Judiciário



Escola Paulista da Magistratura
São Paulo, 2020

A importância do ambiente emocional, como subsídio para o trabalho de tomada de decisões no Judiciário

Leopoldo Fulgencio¹
Professor

Resumo: este artigo pretende retomar uma análise da importância do ambiente no processo de desenvolvimento emocional dos indivíduos, do ponto de vista do psicanalista Donald Winnicott, procurando fornecer parâmetros para a compreensão das diversas situações pessoais, grupais, familiares e sociais que são objeto de decisão judicial. Procura-se, com tais esclarecimentos, oferecer uma contribuição para uma análise mais objetiva dos problemas emocionais em jogo, suas variáveis de impacto na vida emocional (pessoal e ambiental) dos envolvidos. Tendo, sempre em mente, a distinção entre as práticas psicoterapêuticas e o âmbito de ação das ações do Judiciário, procura-se, com este tipo de compreensão científica do processo de desenvolvimento emocional, fornecer subsídios para a tomada de decisões no campo do Judiciário, tendo como objetivo encaminhar as melhores soluções ou as menos piores (quando há limitações significativas da realidade).

Palavras-chave: Ambiente. desenvolvimento emocional. Confiabilidade. Judiciário. saúde.

Pretende-se, aqui, analisar qual a compreensão que o psicanalista Donald Winnicott tem da importância do ambiente para o desenvolvimento e formação emocional dos indivíduos, tendo em vista oferecer subsídios para as decisões que precisam ser tomadas no campo do Poder Judiciário, considerando, pois, que as intervenções nesse campo visam, *grosso modo*, a regulação e a proteção da vida pessoal e social.

Trata-se de poder explicitar quais as diversas funções e características dos diversos tipos de sustentação ambiental, para que os indivíduos possam desenvolver-se como pessoas e para que possam ter as melhores condições, externas e internas, para o exercício da vida em sociedade. Retomando um conjunto de problemas que são encontrados no cotidiano do trabalho forense – tais como *judgar* divórcios, guarda de crianças, contratos entre consumidor e empresa, atos considerados crimes, omissão do Estado, ações irregulares do Estado, ações que geram dano moral ou material etc.; *argumentar do ponto de vista legal* sobre as situações, os agentes-atores e os motivos daquilo que é necessário *judgar*, construindo teses e interpretações da lei, dos agentes e da situação; analisar documentos técnicos de áreas alheias ao direito – seja no cargo de juiz, promotor, defensor, procurador ou ainda advogado, procura-se, nessa apresentação, explicitar alguns parâmetros que possam ser utilizados como esclarecedores das situações pessoais e grupais que dizem respeito aos efetivos problemas empíricos a serem resolvidos, dado que estas ações são, via de regra, intervenções duradouras nos ambientes existenciais dos envolvidos.

¹ Professor associado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. E-mail: lfulgencio@usp.br

Para que uma análise desse tipo possa ser feita de forma mais completa é necessário: 1. retomar a função da sustentação ambiental em todas as fases do desenvolvimento emocional, mostrando como se constitui o Eu e a responsabilidade por si mesmo e pelos outros; 2. explicitar a dinâmica pela qual um indivíduo adentra na vida social, descrevendo o que ocorre no desenvolvimento saudável, para então, considerando as falhas e problemas nesse processo (sejam eles advindos de falhas ambientais, sejam advindos de falhas pessoais-individuais), mostrar quais tipos de cuidados (tanto em relação ao ambiente quanto em relação ao indivíduo) seriam necessários para cuidar desses distúrbios. Ainda que isso não possa ser feito, na sua completude, nesse espaço de tempo, vamos dar algumas indicações nesse sentido.

Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar que *as questões ambientais estão sempre presentes*, seja na produção da saúde ou na produção das patologias e da reiteração delas com a sua manutenção pelos agentes envolvidos (pessoais e sociais). O homem é, essencialmente e fundamentalmente, um ser social (ainda que muitos tenham dificuldade em se relacionar com os outros!). A liberdade de agir, de fazer e deixar que façam, a responsabilidade por si e pelo outro, constituem a própria natureza do que é ser um cidadão, com seus direitos e deveres, com um sentimento maior ou menor de liberdade. Diz Winnicott, nesse sentido: “ninguém é independente do meio, e existem condições ambientais que destroem o sentimento de liberdade mesmo naqueles que poderiam gozá-la” (WINNICOTT, 1999b).

Cabe, no entanto, fazer distinções entre os diversos âmbitos de ação e cuidado com o ser humano, tanto em termos individuais como em termos sociais. No que se refere ao campo de problemas aqui abordado, é importante repetir que uma coisa é fazer o trabalho psicoterápico, educativo ou do assistente social, e outra é agir pelo braço da justiça, para contribuir ou inserir alguém num ambiente mais saudável ou menos doente.

A possibilidade de agir, visando encontrar ou promover um ambiente melhor para o desenvolvimento emocional ou, até mesmo, a correção (via suporte ambiental) de um desvio do comportamento (que dificulta a vida social e individual), depende, certamente, da compreensão de como ocorre o processo de desenvolvimento emocional, suas fases, suas condições, suas conquistas e seus desvios. *Sem uma teoria do desenvolvimento emocional não haveria uma bússola confiável para a tomada de decisões.*

Winnicott descreveu o processo de desenvolvimento emocional que mostra como o bebê (extremamente imaturo, cognitiva e afetivamente, na sua situação inicial) vem a tornar-se um cidadão do mundo, um cidadão que está em posse da consciência “livre”-pessoal (responsabilidade) de poder fazer e deixar que façam, escolhendo, agindo, e sendo responsável por si mesmo e pelos outros, adaptando-se ao mundo sem perda em demasia da sua espontaneidade. Nesse caminho Winnicott descreve como o ser humano adquire um conjunto de valores pessoais e sociais, como interioriza em si mesmo as leis morais e a própria ética de cuidar e ser cuidado (ainda que muitos homens jamais alcancem essa maturidade e, às vezes, até mesmo sociedades inteiras permanecem imaturas em termos éticos e morais).²

² Caberia observar que Winnicott não é o único autor a ter se dedicado a fazer a descrição desse processo. Pelo contrário, há uma diversidade significativa de propostas desse tipo, seja na explicação do desenvolvimento cognitivo (Piaget, Vygotsky, Wallon), mais associadas aos problemas educacionais, seja na explicação do desenvolvimento das organizações psico afetivas (Sigmund Freud, Anna Freud, René Spitz, Erik Erikson, John Bolwby, Melanie Klein, Margareth Mahler, Daniel Stern etc.), mais associadas aos problemas clínicos psiquiátricos e psicoterápicos.

Winnicott descreve esse processo em função do tipo de relação, ou dos modos de ser-no-mundo, considerando a relação do indivíduo com o ambiente, especialmente focando na questão das relações de dependência e nos diversos tipos e graus de integração do indivíduo.³

Ao apontar qual é a linha mestra desse desenvolvimento, ele abarca todas as fases da existência humana, desde a concepção até o momento da última morte. Assim, *grosso modo*, ele diz:

Seria lógico descrever o desenvolvimento do ser humano desde a concepção, gradualmente prosseguindo através da vida intrauterina, o nascimento, passando em revista o bebê que aprende a andar e a criança em fase de latência, e depois o adolescente, e mais tarde alcança o adulto maduro, pronto para ocupar um lugar no mundo, e que depois envelhece e, afinal, morre. (WINNICOTT, 1990)⁴

Ao fazer uma apresentação mais objetiva dos fenômenos em jogo nessas fases (focando, principalmente, o que ocorre nas fases mais primitivas), ele redescrive essa mesma linha, detalhando os fenômenos que marcam esse desenvolvimento:

Optando pela abordagem que estuda o desenvolvimento como a mais capaz de focalizar os diversos pontos de vista, espero deixar claro [como] inicialmente, a partir de uma interação primária do indivíduo com o ambiente, surge um emergente, o indivíduo que procura fazer valer os seus direitos, tornando-se capaz de existir num mundo não desejado; ocorre então o fortalecimento do self como uma entidade, uma continuidade do ser onde, e de onde, o self pode [emergir] como uma unidade, como algo ligado ao corpo e dependente de cuidados físicos; e então advém a consciência (awareness) (e a consciência implica a existência de uma mente) da dependência, e a consciência quanto à confiabilidade da mãe e seu amor, que chega à criança sob a forma de cuidados físicos e adaptação à necessidade; mãe como um outro ser humano, e junto a isto a mudança da ruthlessness em direção ao concern; então há o reconhecimento do terceiro, e do amor complicado pelo ódio, e do conflito emocional; e esse todo é enriquecido pela elaboração imaginativa de cada função, e pelo crescimento da psique juntamente com o do corpo; e também a especialização da capacidade de intelectual, que depende da qualidade dos atributos cerebrais; e de novo, em paralelo a isso tudo, surge um desenvolvimento gradual da independência em relação aos fatores ambientais, levando com o tempo à socialização. (WINNICOTT, 1990)

³ Ainda que Winnicott tenha, em diversos momentos, se referido a esse processo, ele não deixou nenhuma obra abordando esse processo de uma maneira mais exaustiva, ainda que seu livro *Natureza Humana* (1990) seja uma proposta sistemática desse tipo. Alguns comentadores têm tentado sistematizar e reapresentar sua teoria desenvolvimental, mesmo que exista divergência eles. O leitor poderá encontrar em Phillips (2007), Abram (2008), Spelman (2013) e Fulgencio (2016, 2020) propostas desse tipo.

⁴ Winnicott (1990, p. 51). Estarei citando Winnicott utilizando a classificação feita por Knud Hjulmand, tal como utilizada na publicação das obras completas de Winnicott (*Compleat Works of Donald Winnicott*, CWDW, 2015). As páginas indicadas são das obras publicadas em português.

A primeira coisa a ser apontada, aqui, focando nosso interesse, é que o que um ambiente fornece de essencial não é a sua espacialidade, ou sua qualidade técnica, mas a qualidade de seu composto fundamental, que são as pessoas que o compõe. A confiança (confiança aqui significa previsibilidade) é um aspecto da relação humana, pessoal. E quando se diz que alguém confia numa instituição, numa máquina, num dispositivo técnico, é porque os operadores (ou criadores) humanos destes dispositivos transferiram sua qualidade humana de serem confiáveis para estes dispositivos.

Assim, o encaminhamento de qualquer ser humano (criança, adulto, adolescente, infrator ou não, órfão ou não etc.) para algum ambiente ou instituição específica deveria sempre levar em consideração a qualidade das pessoas que constituem o ambiente que vai acolhê-lo (às vezes, até mesmo, prendê-lo). São essas pessoas que constituem o ambiente, são elas que poderão agir, que poderão oferecer (ou não) confiabilidade, estabilidade, permanência emocional, comunicação e gestos amorosos (por *gestos amorosos*, entendam aqui, tudo que tem a ver com os efetivos cuidados inter-humanos, com a comunicação real entre as pessoas, com as adaptações e compreensões possíveis, mesmo com o uso da autoridade etc.). Até no caso de instituições totais, instituições praticamente desprovidas de “amor”, deve-se ter em mente o quanto de contenção os que são para lá enviados devem receber, não só para evitar que suas ações agressivas e/ou destrutivas façam seus efeitos nefastos na sociedade, mas também para que “sendo contidos” possam ter algo do *holding* necessário a seus desenvolvimentos; note-se que, nesse caso, o ambiente, mesmo desprovido de amor, não pode ser marcado pela agressividade e perversidade. O ambiente precisa ser firme, mas confiável, ao invés de cruel e vingativo.

Quero salientar que não se trata, jamais, de uma técnica, mas do encontro humano real, da confiabilidade, da comunicação, da proteção (às vezes contenção) humana.

Posso, aqui, feita essa afirmação, esclarecer a especificidade da proposta de Winnicott, que pode ser considerada humanista, numa espécie de desenvolvimento da teoria psicanalítica que articulou uma série de fundamentos e conhecimentos advindos da fenomenologia e do *existencialismo moderno*⁵ e que se apresenta, então, como um saber humanizado que se opõe a todo tipo de transformação das relações humanas em relações mecânicas ou estritamente técnicas.

É nesse quadro que podemos enunciar uma regra básica que a psicologia (aqui, no caso, a psicanálise) pode ensinar aos outros especialistas: *o que é importante de ser conservado é o lado humano do contato e da sustentação ambiental, até mesmo nas situações extremas nas quais a justiça pune os infratores. Isto ocorre em função da necessidade de estabelecer um equilíbrio social, um tipo de justiça que também é emocional e que envolve as vítimas.*

É nesse sentido que a procura pelo melhor ambiente ou pelo ambiente menos pior deve ser pautada pela análise do que um ambiente (em comparação a outro) pode oferecer em termos do encontro humano (cuidado, confiabilidade, verdadeiro interesse, proteção, contenção, liberdade etc.).

Grande parte de obra de Winnicott corresponde a uma procura pelo esclarecimento do que ocorre nas fases mais primitivas do desenvolvimento emocional. Ele julga que o bebê, no início, deve ser considerado na sua imaturidade e na sua relação de profunda

⁵ Cf. em Fulgencio (2015) uma análise da influência do existencialismo moderno na obra de Winnicott.

dependência com o ambiente. Aliás, é evidenciando os modos de ser-no-mundo em função das relações de dependência que ele acredita ter dado uma contribuição nova para a compreensão da dinâmica existencial do ser humano, reconhecendo também, no entanto, a complexidade dos fenômenos que ele quer teorizar, ou seja, descrever de forma universal:

Possuímos a única formulação realmente útil, que existe, da maneira pela qual o ser humano psicologicamente se desenvolve de um ser completamente dependente e imaturo para um estado maduro relativamente independente. A teoria é excepcionalmente complexa e difícil de ser enunciada de modo sucinto, e sabemos que existem grandes lacunas no nosso entendimento. Apesar disto, existe a teoria, e, desta maneira, a psicanálise efetuou uma contribuição que é de modo geral aceita, mas usualmente, não reconhecida. (WINNICOTT, 1994a)

Ao procurar descrever essas fases do desenvolvimento ele o faz de diversas maneiras. Uma delas, que se apoia na descrição do que ocorre com o *lactente*, em função das suas relações de dependência do ambiente, ele distingue três grandes períodos: o da *dependência absoluta* (até, aproximadamente, os 4 primeiros meses), da *dependência relativa* (dos 4 primeiros meses até 1,5 anos, aproximadamente) e o período *rumo à independência* (que começa depois da fase anterior e segue pela primeira infância, até aproximadamente os 6 ou 7 anos, pelo período de latência, passa pela adolescência, pela primeira maturidade e vai até o envelhecimento e a morte final). Nessa direção o ser humano passa da situação de ser um sujeito psicológico não integrado para integrar-se de diversas maneiras, até que chega, na maturidade, à possibilidade de ter a si mesmo e reconhecer os outros como pessoas inteiras. Ao caracterizar o que é a saúde, numa de suas definições, Winnicott diz:

A vida de um indivíduo são se caracteriza mais por medos, sentimentos conflitantes, dúvidas, frustrações do que por seus aspectos positivos. O essencial é que o homem ou a mulher se sintam vivendo sua própria vida, responsabilizando-se por suas ações ou inações, sentindo-se capazes de atribuírem a si o mérito de um sucesso ou a responsabilidade de um fracasso. Pode-se dizer, em suma, que o indivíduo saiu da dependência para entrar na independência ou autonomia. (WINNICOTT, 1999 d)

Este é o ideal a ser procurado, que serve como *telos* para todas as ações de cuidado pessoal e social, seja no campo da psicologia seja no campo do Judiciário.

Retomando a caracterização das fases iniciais para salientar a importância da sustentação ambiental, é fundamental ressaltar o fato de que o bebê humano só existe na sua dependência do meio em que vive, e que sem o meio ele não tem maturidade para viver por si mesmo. Winnicott diz, nesse sentido: “os lactentes humanos não podem começar a ser exceto sob certas condições [de dependência]” (WINNICOTT, 1983). Noutros momentos ele é ainda mais enfático, afirmando:

isso que chamam de bebê não existe. [...] se vocês mostrarem um bebê, mostrarão também, com certeza, alguém cuidando desse bebê, ou ao menos um carrinho no qual estão grudados os olhos e os ouvidos de alguém. O que vemos, então, é a “dupla amamentante”. (WINNICOTT, 1978)

Fica evidente, pois, na sua perspectiva, que é a sustentação ambiental inicial, sustentação do contato humano do ambiente, se adaptando às necessidades (institucionais e relacionais) dos bebês, na qual as primeiras integrações psico emocionais ocorrerão (constituição de uma noção pessoal de tempo, de espaço, da experiência de si mesmo, do desenvolvimento da esperança ou fé de que há no mundo algo que pode ser interessante para si etc.). Para ele a fase da *Dependência Absoluta* (aproximadamente, os quatro primeiros meses), corresponde ao momento em que o lactente não tem meios de perceber o cuidado materno, que é em grande parte uma questão de profilaxia; o bebê pode assumir o controle sobre o que é bem ou mal feito, mas apenas está em posição de se beneficiar ou de sofrer distúrbios⁶. As psicoses, problema psiquiátrico dos mais graves, advêm, para ele, de falhas ambientais nessa fase inicial; logo, o cuidado (curativo ou profilático) desse tipo de problema implica a retomada, com maior ou menor intensidade, deste tipo de sustentação ambiental: diz-se que, nesse momento, a mãe sustenta o bebê, tal como o sistema hidráulico sustenta um ônibus! A este ambiente (mãe-ambiente, em geral) que se adapta às necessidades (instintuais e relacionais) dos bebês, possibilitando a ele ter suas necessidades atendidas sem que tenha noção de que existe um ambiente externo, Winnicott caracteriza e denomina como um ambiente suficientemente bom, ou seja, que se adapta, não perfeitamente, mas de uma maneira específica (a cada bebê) para que ele tenha essa experiência de ser atendido num espaço de tempo razoável (razoável quer dizer, que o bebê não fica desiludido e não perde a esperança de ser atendido).

Na continuidade dessa fase, conquistada uma série de integrações cognitivas e emocionais, o bebê começa a perceber, vagorosamente, que nem tudo advém dele (antes ele tinha essa impressão porque o ambiente se adaptava de tal maneira que, para ele, tudo advinha como se fosse derivado de suas necessidades, sem o reconhecimento de alguma realidade não *self*), que há dissonâncias entre as suas necessidades e o atendimento delas, e o ambiente começa a surgir, começa a ser percebido, ainda que de forma obscura. Nesta fase, denominada de fase da *Dependência Relativa* (aproximadamente até um ano e meio de idade), o lactente pode se dar conta da necessidade de detalhes do cuidado materno, e pode de modo crescente relacioná-los ao impulso pessoal. Essa fase progride com o surgimento dos objetos e fenômenos transicionais (que nada mais são do que um modo de relacionar-se com o mundo), na qual os objetos são criados e encontrados, ao mesmo tempo, e na qual a realidade interna e externa se juntam e se separam, dado que os objetos transicionais [o ursinho] não são uma realidade somente externa ou interna, mas são, paradoxalmente, internos e externos, constituindo aquilo que Winnicott denominou de uma terceira área da experiência⁷. É por meio dessa passagem, à qual se acrescenta uma série de outros processos, que a criança chegará a integrar-se num EU SOU que é diferente daquilo que a criança passa a reconhecer como não-EU. Ou seja,

⁶ Veja em Winnicott (1983).

⁷ Cabe salientar que, para Winnicott, a entrada do homem na vida cultural corresponde a uma necessidade de expansão dos fenômenos transicionais ou, dizendo de outra maneira, à atividade criativa que caracteriza a relação com os fenômenos transicionais, denominada *brincar*. Diz Winnicott, salientando a importância e a universalidade desta ação (que parece caracterizar o própria humanidade): “É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral; e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self)” (WINNICOTT, 1975a, p. 80). Ou ainda, nessa mesma direção: “Em outros termos, é a *brincadeira que é universal* e que é própria da saúde; o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia; finalmente, a psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros. O natural é o brincar, e o fenômeno altamente aperfeiçoado do século XX é a psicanálise” (WINNICOTT, 1975b).

é nesse caminho que surgirá a realidade externa como tal, ao mesmo tempo em que surge o EU como tal. Caberá ao ambiente não decepcionar a criança, não a forçar, fora do tempo, a reconhecer a realidade externa como tal, não lhe impor uma unidade que ela ainda não está madura para assumir. Não se pergunta se o ursinho é real ou fantasiado! Problemas nessa fase podem gerar diversos distúrbios e sintomas psicopatológicos, tais como as depressões e as adições; logo, o cuidado (curativo ou profilático) desse tipo de problema implica a retomada, com maior ou menor intensidade, deste tipo de sustentação ambiental: diz-se que, nesse momento, a pessoa ou pessoas (que constituem o ambiente) devem sobreviver às ações amorosas e destrutivas da criança (ou paciente): o ambiente deve sobreviver para poder cuidar! Sobreviver, significa, fazê-lo em termos da qualidade afetiva e emocional do contato relacional.

Chegado a este ponto, segue-se a fase na qual o indivíduo, agora em posse do seu EU (se antes ele apenas sentia esse existir a partir de si, agora ele possui o eu identificando-o como um, como separado das coisas; agora ele tem o EU), segue-se um longo período no qual ele terá que integrar em si mesmo uma série de impulsos e sentimentos (a vida instintual, os impulsos amorosos e destrutivos advindos de si mesmo, a possibilidade de destruir e conservar o que foi destruído [o chamado ciclo benigno], a consolidação de uma série de valores pessoais e morais [aquilo que pode-se chamar da interiorização da lei moral em si etc.], de modo que, ao final da primeira jornada dessa fase, o indivíduo chega ao status de ser e sentir-se como uma pessoa inteira que sente e se relaciona com os outros, também apreendidos como pessoas inteiras, tendo que administrar seus impulsos instintuais (suas excitações corpóreas) no quadro das relações interpessoais. Depois disso, segue-se o período de latência, a adolescência, a maturidade e, enfim, num retorno ao ciclo do desenvolvimento, a velhice (com uma eventual volta à fase da dependência relativa) e a morte. Winnicott denomina essa fase, inicialmente olhando para o que ocorre com o lactente, como sendo a fase denominada *Rumo à Independência* (de 1,5 anos para frente). Nesta, para ele, o lactente desenvolve meios para ir vivendo sem cuidado real, o que é conseguido através do acúmulo de recordações do cuidado, da projeção de necessidades pessoais e da introjeção de detalhes do cuidado, com o desenvolvimento da confiança no meio (deve-se acrescentar aqui o elemento de compreensão intelectual, com suas tremendas implicações). Dificuldades ou problemas nessa fase geram problemas do tipo neurótico. Ou seja, o indivíduo tem problemas de relacionamento interpessoal, problemas de administração do amor e do ódio nas relações interpessoais. Para estes, a solução dos problemas necessita de uma análise do "mundo interior", seus conflitos, inibições etc. Neste último caso, o ambiente não funciona sustentando ou sobrevivendo, ainda que, necessariamente, isso aconteça, mas trata-se de cuidar das relações interpessoais via relações interpessoais, ou seja, trata-se muito mais de encontrar pessoas com as quais o indivíduo possa retomar seus conflitos (seja para compreendê-los, seja para revivê-los, dando uma outra solução, que não a solução patológica em que o indivíduo se encontra).

Nessa direção, cabe apontar aqui para uma situação e um sintoma importante, que diz respeito à origem da atitude antissocial, o que pode ter origem, talvez, em qualquer uma das três fases acima descritas. A situação é a seguinte: um indivíduo tem o que necessita, em termos da adaptação ambiental (ou seja, o ambiente é confiável); então ocorre uma situação na qual o ambiente falha e o indivíduo sente que a falha advém do ambiente: o indivíduo é *deprivado*. A partir daí ele reage procurando fazer com que o ambiente retorne a ser confiável, agredindo-o. Ao referir-se a este estado de *psicopatia infantil*, Winnicott afirma:

[...] crianças com uma tendência anti-social merecem uma classificação toda sua, porque elas podem ser, essencialmente, normais ou psiconeuróticas ou depressivas ou psicóticas. O fato é que se tem de pensar em sua sintomatologia em termos de valor de dano. A tendência anti-social representa o SÓS ou o cri de coeur da criança que, em um estágio ou outro foi privada, privada da provisão ambiental que seria apropriada na idade em que lhe faltou. A privação alterou a vida da criança; causou-lhe aflição intolerável e a criança está com a razão em reclamar o reconhecimento do fato de que “as coisas estavam bem e, depois, não ficaram bem” e de que isto constitui um fator externo, fora do controle da criança. [...] Uma criança deste tipo acha-se engajada em retornar, através da privação e da aflição intolerável, ao estado que existia antes da privação, quando as coisas não eram muito ruins. (WINNICOTT, 1994 b)

A maneira de cuidar disso, no início do processo, diz Winnicott, é: entendendo a situação de privação, retomar a sustentação e o cuidado ambiental até que ela comprove retornada a confiabilidade ambiental. Segundo Winnicott:

A criança anti-social necessita, portanto, de um ambiente especializado que possua um objetivo terapêutico e seja capaz de dar uma resposta fundamentada na realidade à esperança que se expressa através do sintoma. Isso, entretanto, tem que ser feito por um longo período, para tornar-se eficaz como terapia, uma vez que, como eu disse, muita coisa é inacessível à criança como sentimento consciente e memória; e a criança também tem que adquirir confiança no novo ambiente, em sua estabilidade e capacidade para a objetividade, antes que as defesas possam ser abandonadas – defesa contra a ansiedade intolerável que é sempre suscetível de ser reativada por uma nova privação. (WINNICOTT, 1999a)

No entanto, quando a atitude antissocial já se instalou e a criança ou adolescente têm estabelecidos certos ganhos secundários, advindos da sua atitude antissocial (roubar, mentir etc.), então é mais difícil reverter o quadro, dado que não bastará minar a pessoa, uma vez que medidas de contenção, proteção e mesmo de punição talvez tenham que ser associadas à ideia geral de procurar re estabelecer a confiabilidade no ambiente, bem como a confiabilidade social, ou seja, a confiabilidade na vida cultural em comum e suas regras.

Há fenômenos específicos ocorrendo no período da latência e da adolescência, para os quais o ambiente deve estar atento como forma de sustentação, ordenação, bem como fornecendo figuras identitárias de grande valor afetivo para que o indivíduo possa usar, relacionar-se, opor-se, copiar, idealizar etc. Sem adentrar na análise mais pormenorizada do que está ocorrendo nessas fases, creio que basta lembrar uma direção importante das procuras pessoais, que se intensificam nessa fase, que diz respeito a um lugar para ser, ser alguém em algum lugar, como algo muito mais importante do que fazer algo em algum lugar. Diz Winnicott, referindo-se ao fim da adolescência: “Quando essa fase acaba, os adolescentes começam a se sentirem reais, a ter o sentimento de *si* e o sentimento de ser. Isto é a saúde. De ser vem o fazer, mas não pode existir o fazer antes do ser; esta é a mensagem que eles nos enviam” (WINNICOTT, 1999 d). Na adolescência, haverá, se houver saúde, necessariamente enfrentamento e experimentação, e os adolescentes

vão procurar quem possa servir para esse enfrentamento e, se a sua família não estiver disponível, ele vai procurar isso em algum outro lugar. Há, no entanto, uma série de outras especificidades destes períodos que precisaríamos focar com mais tempo e atenção. O importante, aqui, para mim, é ter salientado um dos aspectos da presença e da necessidade de sustentação ambiental aí envolvidas.

*

Essas fases do desenvolvimento são um tipo de linha geral, um esboço de natureza pedagógica (dado que, na realidade, muitas coisas de uma fase se sobrepõem a outra) para caracterizar toda a existência, estendendo todo o período “rumo à independência” para um modo de ser-no-mundo que oscila entre a autonomia e a dependência, reconhecendo que:

A maturidade individual implica um movimento em direção à independência, mas não existe essa coisa chamada “independência”. Seria nocivo para a saúde o fato de um indivíduo ficar isolado a ponto de se sentir independente e invulnerável. Se essa pessoa está viva, sem dúvida há dependência!. (WINNICOTT, 1999 d)

Aqui temos, nessa perspectiva, a afirmação do que é o ser humano, indicando uma determinada perspectiva ontológica e filosófica. O ser humano tem um modo de ser no mundo, diferente dos outros seres existentes; ele é o único, dos existentes, que dá o sentido a sua existência e ao mundo em que vive, ele é o único ente que forma (cria) a si mesmo e ao mundo em que vive. Heidegger denomina de *Dasein* o modo de ser do ser humano, caracterizando-o com o uso de diversas expressões que descrevem modos de ser humano. Para Heidegger, o *Dasein* (o ser-aí) significa ser-no-mundo (HEIDEGGER, 2009) de uma maneira específica que o faz ser diferente das pedras e dos animais. O próprio título de seu livro mais conhecido, *Ser e tempo*, designa “um modo de ser e, sem dúvida, do ser daquele ente [o *Dasein*] que está aberto para a abertura do ser, no qual se situa, enquanto a sustenta” (HEIDEGGER, 2000). De uma maneira sintética e descritiva, a grande diferença e característica do *Dasein* é que ele faz a si mesmo, ele é criador de si e do mundo no qual vive: “A ‘essência’ do ser-aí [*Dasein*] consiste na sua existência. O nome ‘existência’ é usado, em *Ser e tempo*, exclusivamente como caracterização do ser do homem” (HEIDEGGER, 2000). Heidegger se refere à estrutura *Dasein* caracterizando-a como *ser-com*, *ser-no-mundo*, *ser junto a*, *subsistir-por-si-conjuntamente*, *ser-um-com-o-outro*, *ser-para-a-morte* etc., querendo com essas expressões marcar que o homem *só-se-faz-no-mundo-com-outros-homens*, que o homem é o único que tem uma relação de compreensão do que é a finitude ao longo do tempo (passado, presente, futuro) refletida sobre si mesmo e sobre os outros homens e seres existentes que fazem parte da sua vida.

A maneira de Winnicott descrever empiricamente como o homem se desenvolve e se constitui afetivamente é totalmente de acordo com esse modo heideggeriano de referir-se ao *Dasein*. Não se trata aqui, no entanto, de nos catapultarmos para o campo da filosofia, mas sim, tendo tais referências, poder voltar ao campo ôntico dos fenômenos do desenvolvimento e das efetivas relações inter-humanas, que são os fenômenos (e/ou problemas) sobre os quais o Judiciário exerce seu poder.

Assim, procurando fornecer alguns indicadores mais objetivos da maneira como o ambiente pode interagir no processo de desenvolvimento, retomarei, agora, para uma

leitura crítica, dois textos de Winnicott nos quais ele se ocupa, respectivamente: do cuidado ambiental a ser dado à criança que foi privada de, tendo o sintoma da atitude antissocial, precisa ser cuidada pelo ambiente emocional – “A criança desamparada e como pode ser compensada pela falta de vida familiar” (WINNICOTT, 1999 a) –; e do cuidado com grupos de crianças desajustadas – “Influências de grupo e a criança desajustada: o aspecto escola” (WINNICOTT, 1999c) – no qual Winnicott refere-se a modos de cuidar de determinados grupos (às vezes com a exclusão de um membro doente, pensando na proteção dos demais). A análise crítica desses dois textos e os procedimentos apontados fornecem uma orientação objetiva para o que estou tentando esclarecer em termos dos cuidados ambientais a serem pensados no quadro das decisões do poder Judiciário.

Nessa direção, caberia, ainda, fazermos análises de outras situações concretas, tais como a de crianças adotadas, de pais que querem adotá-las, de casais que se separam etc., buscando explicitar uma compreensão mais detalhada das especificidades dessas situações existenciais e ambientais. No entanto, não temos esse espaço, no âmbito desta publicação, mas podemos indicar dois textos de Winnicott, nos quais o profissional que trabalha no campo do Judiciário poderá encontrar exemplos de ações (ou tomada de decisões) específicas no cuidado com crianças e adolescentes, do ponto de vista da consideração do ambiente emocional.

Referências

- FULGENCIO, Leopoldo. Apontamentos para uma análise da influência do existencialismo moderno na obra de Winnicott. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 1, p. 36-39, 2015.
- FULGENCIO, Leopoldo. *Por que Winnicott?* São Paulo: Zagodoni, 2016.
- FULGENCIO, Leopoldo. *Psicanálise do ser: a teoria winnicottiana do desenvolvimento emocional como uma psicologia de base fenomenológica*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2020.
- HEIDEGGER, Martin. *Introdução à filosofia*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- HEIDEGGER, Martin. Introdução (Que é Metafísica?). In: HEIDEGGER, Martin. *Heidegger*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 75-88.
- PHILLIPS, Adam. *Winnicott*. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.
- SPELMAN, Margaret Boyle. *The evolution of Winnicott's thinking: examining the growth of psychoanalytic thought over three generations*. London: Karnac, 2013.
- WINNICOTT, Donald Woods. A criança desamparada e como pode ser compensada pela falta de vida familiar. In: WINNICOTT, Donald Woods. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a. p. 195-213.
- WINNICOTT, Donald Woods. A liberdade. In: WINNICOTT, Donald Woods. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999b. p. 237-247.
- Winnicott, Donald Woods. A psicologia da loucura: uma contribuição da psicanálise. In: WINNICOTT, Donald Woods. *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994a. p. 94-101.
- WINNICOTT, Donald Woods. Ansiedade associada à insegurança. In: WINNICOTT, Donald Woods. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- WINNICOTT, Donald Woods. Influências de grupo e a criança desajustada: o aspecto escolar. In: WINNICOTT, Donald Woods. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1999c. p. 215-226.

WINNICOTT, Donald Woods. *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

WINNICOTT, Donald Woods. O brincar: a atividade criativa e a busca do Eu (*Self*). In: WINNICOTT, Donald Woods. *O brincar & a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975a. p. 79-93.

WINNICOTT, Donald Woods. O brincar: uma exposição teórica. In: WINNICOTT, Donald Woods. *O brincar & a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975b. p. 59-77.

WINNICOTT, Donald Woods. O conceito de indivíduo saudável. In: WINNICOTT, Donald Woods. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999d. p. 3-22.

WINNICOTT, Donald Woods. Psicose na infância. In: WINNICOTT, Donald Woods. *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994b. p. 53-58.

WINNICOTT, Donald Woods. Teoria do relacionamento paterno-infantil. In: WINNICOTT, Donald Woods. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983. p. 38-54.